

CALENDÁRIO DE OBRIGAÇÕES – MARÇO/2024

Prazo	Obrigação	Disposi�o Legal
Até dia 28	- As Prefeituras devem fazer a transferência dos valores equivalentes a 25% das receitas vinculadas � educa�o referentes ao arrecadado no período de 11 a 20 deste mês.	Inciso II, � 5�, do artigo 69, da Lei Federal n�9.394/1996.
Até dia 28	- O Município deve verificar se a meta bimestral de arrecada�o estabelecida na programa�o financeira, comportará o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecido no anexo de metas fiscais. OBS.: Se for verificado durante o m�s, que a realiza�o da receita não comportará o cumprimento das metas fiscais previstas, promover a limita�o de empenhos e movimentac�o financeira.	�Caput� e às 1�, 2� e 3� do artigo 9�, da Lei Complementar n� 101/2000.
Até dia 28	- Os �rg�os municipais responsáveis pela arrecada�o devem disponibilizar na Internet, os dados relativos aos montantes de cada um dos tributos e contribui�es arrecadados e recursos recebidos, incluídos os destinados � seguridade social, se houver, referente o mês de janeiro de 2024.	Inciso I, do artigo 2�, da Instru�o Normativa n� 28/1999 do T.C.U., e �1� c/c inciso I, do artigo 1�, da Lei Federal n� 9.755/1998.
Até dia 28	- Os �rg�os e entidades responsáveis pela gestão e acompanhamento de convênios devem disponibilizar na internet os dados e informa�es acerca de recursos repassados no mês de janeiro de 2024.	Inciso II, do artigo 2�, da Instru�o Normativa n� 28/1999 do TCU.
Até dia 28	- Os Municípios que optaram pelo regime especial de pagamento dos precatórios, devem realizar o depósito mensal em conta especial, do montante destinado � saldar os precatórios vencidos e a vencer.	Inciso I, do � 1�, do artigo 97 do Ato das Disposi�es Constitucionais Transitórias-ADCT. NOTA TÉCNICA n� 27/2013, da GEPAM.
Até dia 28	- Os municípios deverão realizar o envio da Matriz de Saldos Contábeis – MSC, referente ao mês anterior. OBS.: O envio deverá ser realizado via SICONFI.	� 2�, do artigo 8, da Portaria STN n� 642/2019.
Até dia 28	- Os municípios que possuem precatórios pelo regime ordinário, devem depositar os valores combinados com o credor. OBS.: Os municípios devem comunicar ao Tribunal de Justiça os prazos e forma de pagamento negociado com o credor.	Inciso I, do � 1�, do artigo 97 do Ato das Disposi�es Constitucionais Transitórias - ADCT.
Até dia 28	- Os �rg�os e entidades municipais devem disponibilizar na Internet, os dados e informa�es contendo a rela�o de todas as compras realizadas no mês de janeiro de 2024.	Inciso XXIV, do artigo 2�, da Instru�o Normativa n� 28/1999 do T.C.U., e � 6� c/c inciso VI, do artigo 1�, da Lei Federal n� 9.755/1998.
Até dia 28	- Os municípios devem divulgar por meio de publica�o, o demonstrativo mensal do montante de cada um dos tributos arrecadados, e os recursos recebidos, os valores de origem tributária entregues e a entregar e a expressão numérica dos critérios de rateio relativos ao mês de janeiro de 2024.	Artigo 162, da Constitui�o Federal.
Até dia 28	- Os municípios que optaram pelo regime especial mensal de pagamento dos precatórios, devem realizar o depósito em conta especial do Tribunal de Justiça do valor correspondente ao percentual mínimo calculado sobre a Receita Corrente Líquida - RCL.	Inciso I, do � 1�, do artigo 97 do Ato das Disposi�es Constitucionais Transitórias-ADCT. ADI 4.357 julgado Supremo Tribunal Federal, que modulou os efeitos da EC n� 62/2009.
Até dia 28	- O �rg�o responsável pela elabora�o e divulga�o dos demonstrativos per�dicos da execu�o dos orçamentos tornar� disponível na internet os correspondentes dados e informa�es bem como o Relatório Resumido da Execu�o Orçamentária, referente ao 1� bimestre de 2024.	Inc. XII, do artigo 2�, da Instru�o Normativa n� 28/1999 do T.C.U., e � 2� c/c inc. II, ambos do artigo 1�, da Lei n� 9.755/1998.



Até dia 28	- As Prefeituras devem encaminhar a programação anual do Plano de Saúde ao respectivo Conselho de Saúde, para aprovação antes da data de encaminhamento da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2025.	§ 2º, do artigo 36, da Lei Complementar nº 141/2012.
Até dia 28	- Municípios que têm Previdência Própria – Devem publicar o demonstrativo financeiro e orçamentário da receita e despesa previdenciárias acumuladas até o 1º bimestre de 2024.	§ 2º, do artigo 2º, da Lei nº 9.717/1998.
Até dia 28	- Poder Executivo deverá limitar os empenhos, caso não tenham sido alcançadas as metas de realização das receitas do 1º bimestre de 2024.	Art. 9º, da Lei Complementar nº 101/2000. (Vide L.D.O.).
Até dia 28	- As Prefeituras devem publicar os demonstrativos que acompanham o Relatório Resumido da Execução Orçamentária, referentes ao 1º bimestre de 2024. OBS.: Para os municípios com mais de 50 mil habitantes, e para aqueles que não optaram pela divulgação semestral.	Arts. 52 e 53, da Lei Complementar nº 101/2000.
Até dia 28	- Data final para o preenchimento e envio dos dados no Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação (Siope) – Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO), referente ao 1º bimestre. OBS.: A não transferência dos dados será registrada como pendência e implicará no bloqueio das transferências voluntárias (convênios).	Portaria Interministerial MP/MF/CGU nº 424/2016. § 3º, do artigo 165, da Constituição Federal e no artigo 52 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

GEPAM, 27 de março de 2024.

